

Entrevista com Leopoldina Araújo¹

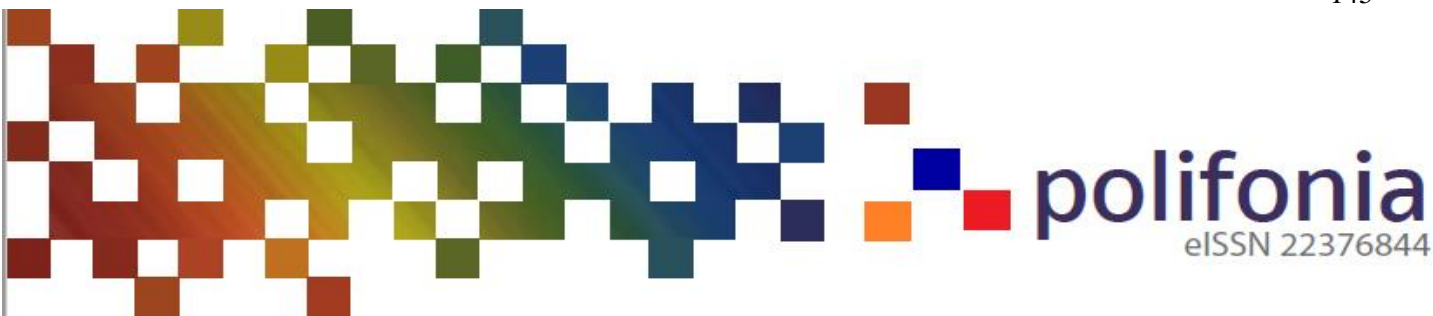
Por Lucivaldo Silva da Costa²

Lucivaldo: Professora Leopoldina, primeiramente, o que ou quem a motivou ao estudo das línguas indígenas?

Leopoldina: Aos 18 anos incompletos (1967), fui aprovada no vestibular de Letras da UFPA (Universidade Federal do Pará) e desde o primeiro ano a disciplina Linguística me arrebatou. A leitura de autores como Mattoso Câmara Jr. (*Princípios de Linguística Geral e Introdução às Línguas Indígenas*) e Edward Sapir (*A Linguagem*) despertaram-me o interesse pelas línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil. Outras leituras, também distribuídas (na época mimeografadas) e comentadas em aula pelo Professor Jurandy, foram as do Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues: *Variantes linguísticas* e *Tarefas da Linguística no Brasil*, que em mim reforçaram o fascínio pela Linguística; dentre as Tarefas da Linguística era ressaltada como urgente a descrição das línguas indígenas brasileiras. Esse interesse manifesto foi estimulado por meu professor de Linguística, Raimundo Jurandy Wingham, que diante do meu entusiasmo, preconizava que eu iria estudar Linguística no Museu Nacional/UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Imaginem isso para uma garota

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (1970), Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1977) e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). Atualmente é Membro de comitê assessor do Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Pesquisador Associado do Museu Nacional do Rio de Janeiro e Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística.

² Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNEFESSPA), Campus de Marabá. É Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua na área de descrição, documentação e análise de línguas indígenas brasileiras, especialmente as línguas da família Jê e na área de políticas linguísticas com vistas à (re)vitalização e manutenção linguística. É coordenador do Projeto de Ensino *Formação de Professores, Planificação e Revitalização Linguística na Escola Mẽ Akre Kôjakati* (Papim/Unifesspa-2019/2020) e do Projeto de Pesquisa *Estudo Descritivo da língua K̀yikatêjê* (PIBIC/FAPESPA/Unifesspa-2019/2020). É líder do Grupo de Estudos de Línguas Amazônicas (LAmazon). Atua como docente no Programa de Mestrado Acadêmico em Letras (POSLET), do qual é vice-coordenador, e no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PGEEI).



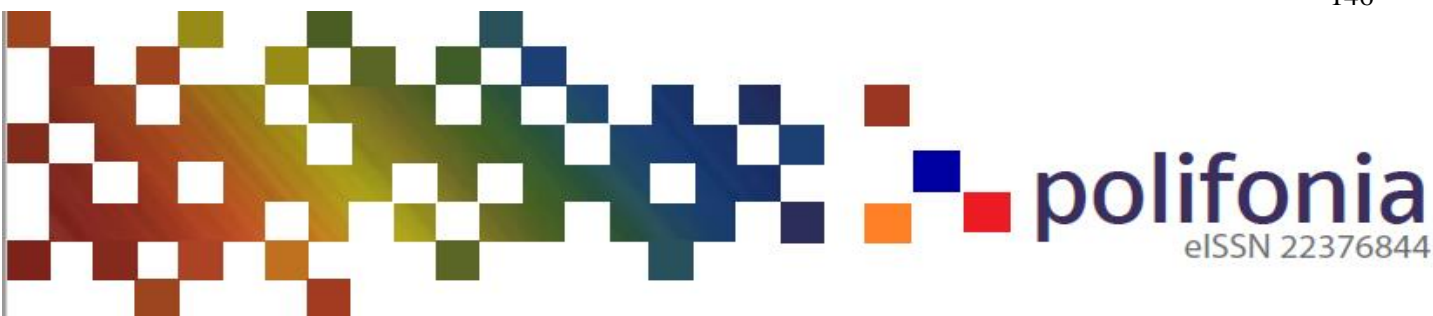
a caminho, ainda, dos 18 anos!!!

Em julho de 1970, meu último ano da Licenciatura em Letras, realizou-se o II Instituto Brasileiro de Lingüística (IBL), em Brasília, e meu professor escreveu à Coordenação do Instituto, solicitando minha aceitação como ouvinte, já que eu concluiria a graduação apenas no final do ano. Foi para mim uma experiência iluminadora, ainda mais que o Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues insistia na urgência do estudo descritivo das línguas indígenas brasileiras e, em Palestra proferida, o Prof. Paulino Vandresen, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), anunciou a próxima abertura do Mestrado em Letras daquela Universidade. Naquele momento, decidi que iria fazer o Mestrado em Santa Catarina.

O terceiro IBL foi marcado para janeiro de 1972, na Universidade Federal de Santa Catarina, anunciando que os créditos das disciplinas nele realizadas já serviriam como adesão ao Programa de Mestrado em Linguística. Inscrevi-me e fui, interrompendo uma viagem que programara, ao Peru; retornei a São Paulo e fui de ônibus para Florianópolis, em 13 de janeiro de 1972. Como já era professora do Estado, em Belém, solicitara Licença, com proventos; enquanto a remuneração não era aprovada, candidatei-me a Professora de Língua Portuguesa e Comunicação, na UFSC, para garantir um salário, que me permitisse dividir uma casa com duas colegas, também estudantes de Pós e garantir as despesas com alimentação, livros e cópias...

Lucivaldo: Na época em que a senhora fez a Graduação em Letras na UFPA, já eram realizadas pesquisas com as línguas indígenas brasileiras por algum linguista da Universidade, ou de outra instituição do Pará, ou a Sra. foi a pioneira no Pará?

Leopoldina: Quando fiz graduação, só havia a Universidade Federal do Pará, como instituição acadêmica, que, em 1957, congregou as Faculdades até então existentes: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. O curso de Letras trabalhava com língua portuguesa e tínhamos como opção de língua estrangeira inglês, italiano e alemão. Como



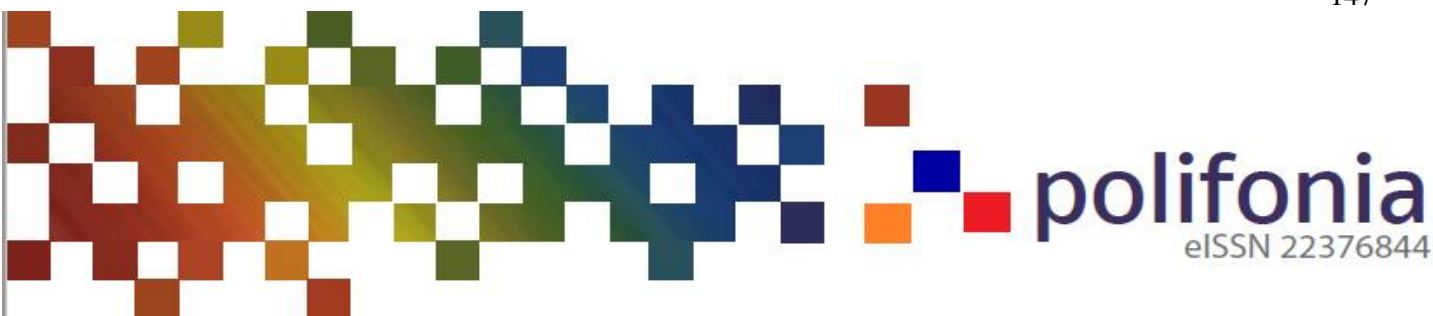
eu havia estudado inglês no CCBEU dos dez aos quinze anos e por dois anos fiz Aliança Francesa, antes de prestar vestibular, gostaria de fazer Francês, mas não havendo a opção, escolhi o alemão. Digo isso, para ressaltar meu interesse pelo estudo de outras línguas, a par da língua portuguesa. Não havia nenhuma pesquisa de línguas indígenas, os exercícios de fonética, análise fonológica e morfológica, feitos em Linguística eram aqueles do SIL,³ sobre línguas americanas e africanas, se bem me lembro.

Lucivaldo: Na época, que dificuldades a Sra. enfrentou para fazer pesquisa com línguas indígenas, considerando as condições de pesquisas nessa área?

Leopoldina: Confesso que não vi tanta dificuldade assim, à época, apenas tive de cumprir a formalidade de solicitar permissão à Funai, para entrar na área indígena. Nunca solicitei bolsas, sempre me mantive com meu salário de professora do Estado e depois também da Universidade. Explico: quando concluí o Mestrado, na Federal de Santa Catarina, reafirmei minha decisão de trabalhar com línguas indígenas, no estado do Pará; meu pai, por circunstâncias profissionais, conheceu o Prof. Carl Harrison, do Summer Institute of Linguistics, que tinha base em Belém e comentou com ele que a filha estava fazendo Mestrado e pensava vir trabalhar com um povo indígena, aqui; o Professor lhe disse que eu o procurasse, ao chegar em Belém.

Foi o que fiz e ele me sugeriu de começar a descrever a língua de um povo do sudeste do Pará, os Gavião Jê, pois não havia nenhum trabalho sobre a língua deles e o acesso à comunidade era fácil, já que a estrada – então PA 70, hoje BR 222 – cortara a terra indígena, na direção de Marabá, então eu saíria daqui e desceria dentro da aldeia. Acatei a sugestão e fui ao Museu Goeldi conversar com o Sr. Expedito Arnaud, antigo funcionário do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), que participara do contato desse povo e era, então, Pesquisador do Museu Goeldi. Ele foi muito atencioso, falou-me do chefe

³ Atualmente a sigla significa Sociedade Internacional de Linguística que antes era usada para Summer Institute of Linguistics.



Kôkrenũ,⁴ mostou-me algumas fotos, pediu-me que coletasse os termos de parentesco. Finalmente, enquanto aguardava a autorização da FUNAI/Brasília, obtive permissão da Funai/Belém, para passar uma semana na aldeia, a fim de me apresentar ao capitão Kôkrenũ, chefe da comunidade e obter sua permissão para ali desenvolver meus estudos.

Lucivaldo: Como a Sra. chegou aos Parkatêjê e como foram suas primeiras experiências de campo com eles?

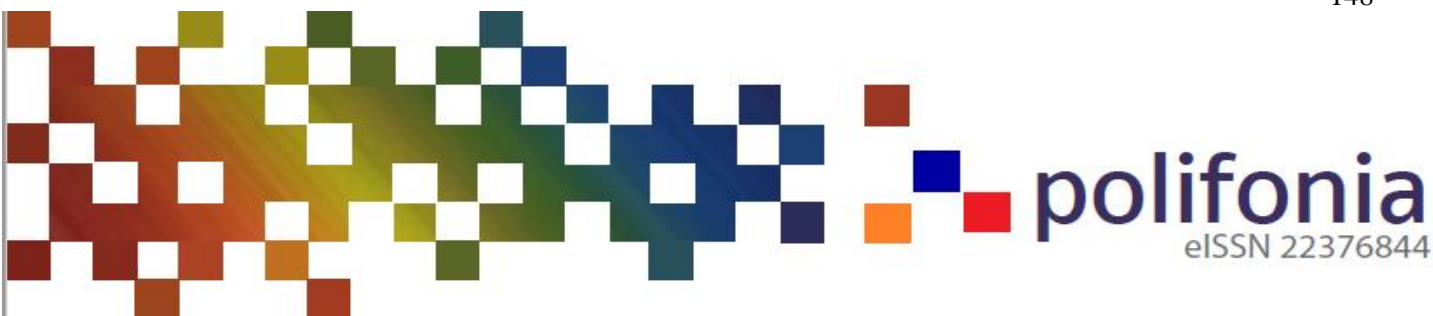
Leopoldina: Em janeiro de 1974, então, peguei um ônibus para Marabá e cheguei na aldeia. Apresentei-me ao Chefe de posto, da Funai, Sr. Osmundo e ele me conduziu à aldeia, para fazer as apresentações. A estrada cortara a área, então tinha uma ribanceira à direita, o lado onde estava a aldeia, com uma casa grande de alvenaria, a do chefe, e as demais tradicionais, de palha. Soube que eles trabalhavam na safra da castanha, coletando e transportando a castanha, que era comercializada pela Funai, com o lucro “revertido para a comunidade”.

Na ribanceira à esquerda, estavam a Casa do Posto, a Enfermaria e um poço. As casas da aldeia dispostas em linha reta, paralelas à estrada. Ao lado da casa do chefe, um espaço, onde à noite os homens reuniam para conversar. O contato com a comunidade, naquele momento constituída por cerca de 50 pessoas foi simpático e acolhedor. O capitão interessou-se por minha proposta de estudar a sua língua e dispôs-se a ser meu informante (como então se dizia), reforçando assim minha decisão de trabalhar com aquele povo. O Sr. Osmundo disse que eu faria a cartilha da língua, mas eu expliquei que para fazer cartilha, primeiro eu precisava que me ensinasse



Prof.^a Leopoldina Araújo na Terra Indígena Mãe Maria (PA), década de 70. Acervo da autora

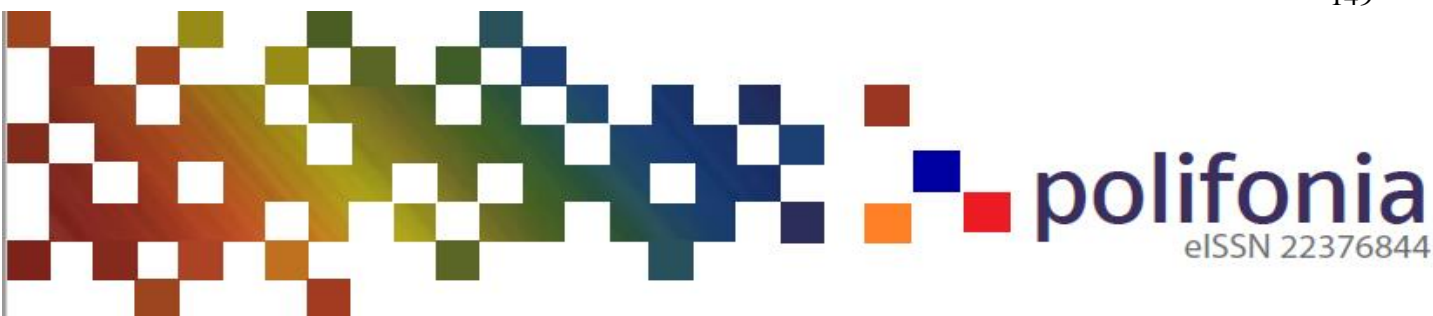
⁴ Escrevo aqui como as pessoas pronunciavam: Kôkrenũ, Jôkorenũ. Conhecendo a palavra e a forma de nomeação, ortograficamente passei a escrever Krôhokrenhũ; Jôkorenhũ



a língua. Eu lhes contei que onde eu estava estudando, tinha estrangeiros que já estavam há cem anos morando lá, mas continuavam falando a língua deles e fazendo as festas antigas. Jogava a semente...

Lucivaldo: Professora Leopoldina, quando a Sra. iniciou sua pesquisa linguística junto ao povo Parkatêjê, qual era o nível de vitalidade da língua do povo? Ela ainda era transmitida às novas gerações, ou já estava sendo deslocada pela língua portuguesa?

Leopoldina: Vou circunstanciar: A aldeia era constituída por sete casas, a do chefe, grande, em alvenaria, como a casa do Posto e a Enfermeria, do outro lado; as demais tradicionais, em palha, com um cômodo fechado e uma área coberta, apenas com meia parede. Não tenho fotos; nesse primeiro contato, creio que nem levei minha pequena kodak... Passei uma semana lá. O capitão disse-me que eu era *katyi* – vovó, ou tia gorda, vivas – como obtive, na listagem dos nomes de parentesco, que me surpreendeu por ter termos para vivos e falecidos. Também comecei a coleta de vocábulos, por área semântica, com formulário do Museu Nacional. Sobre o nome das crianças, o capitão me disse “já são *kupẽ*, são batizados: Iracema, Celia (depois vi ser Iraceli), Nego, Irnaldo; mas na comunidade tinha havido muitos batismos...; sua esposa, Madalena, a Alzira, mãe da Izabel, tinha o Raimundo, o Manoel Velho e o Pedro, seus sobrinhos, Pedro casado com uma garota da turma do Maranhão (os Kÿikatêjê), que fora deslocada de suas terras e trazida para a TI Mãe Maria vivendo em uma aldeia a 4 km dali; os dois outros, solteiros. A esposa do Pedro não tinha nome *kupẽ*, a Tutakĩ. Tinha ainda o Geraldo, o Cupu, mas tinha o Jõkorenũ, irmão do Kõkrenũ, o Kruwa, jovem que havia sido criado pela Mamãe Grande (Ronore), chefe de Tucuruí... O capitão, Madalena, a Alzira e seu marido, Jõkorenũ e os rapazes falavam entre si a língua, mas, do que posso lembrar, com as crianças, falavam português. Elas, porém entendiam a língua. Tutakĩ e Izabel, na época talvez com uns dez anos, tornaram-se minhas amigas e conselheiras, ensinavam como me comportar, também palavras e frases, eu brincava com as crianças de noite, ali perto da casa do capitão, sempre falando português, língua que todos falavam comigo.

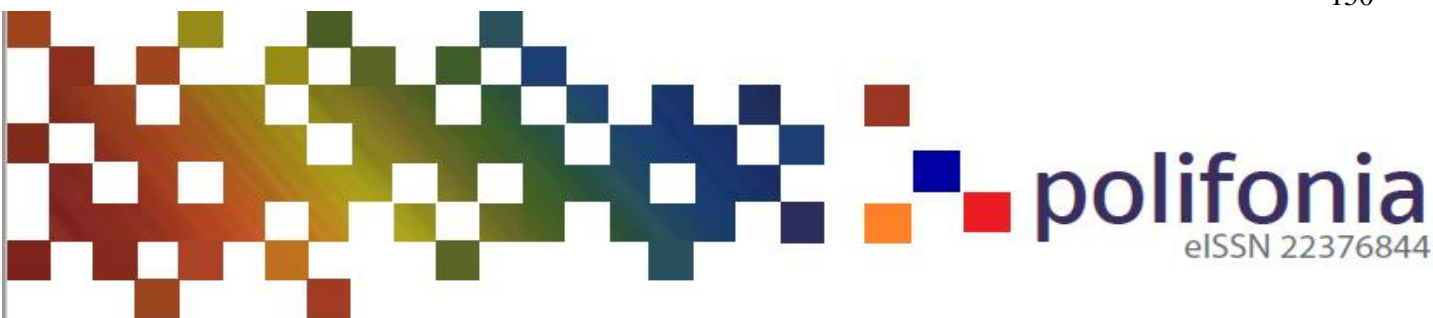


Eles não faziam mais as festas, pois, como incentivava a Funai, não eram mais brabos, estavam se tornando *kupẽ*. Como já disse, contei ao capitão que onde eu estudava tinha estrangeiros – alemães e italianos – que já moravam há cem anos lá, mas ainda falavam a língua deles e faziam suas festas, mesmo falando português direto. Tendo recebido a licença da Funai-Brasília, retornei em julho de 1974 e fiquei por quatro meses na aldeia.

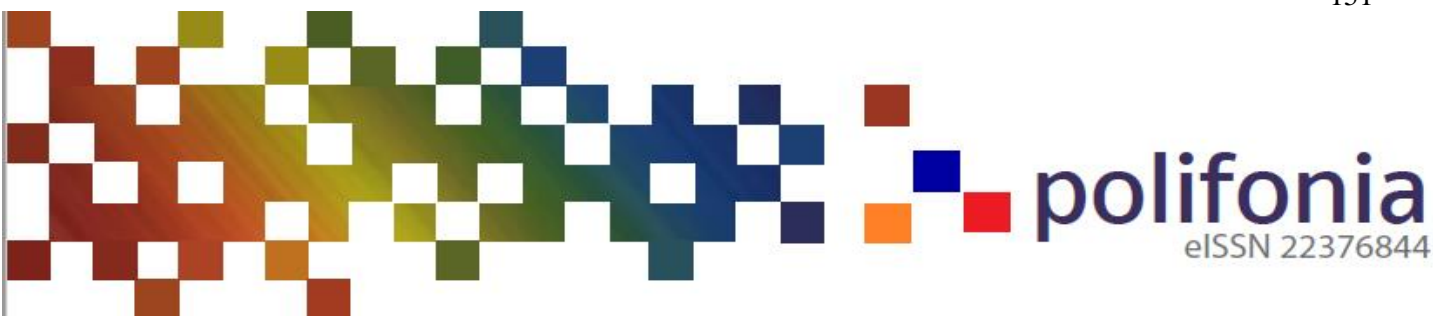
No segundo semestre de 1974, foi visitar-me em casa um jovem paulista que havia sido designado chefe de Posto, para substituir o Sr. Osmundo, com quem trabalhou na finalização da safra daquele ano e início de 1975, Saulo Petean. Em janeiro de 1975, também chegou à TI Mãe Maria uma antropóloga de São Paulo, Iara Ferraz, que coordenava um Projeto USP-Funai, de auto-gestão de comunidades indígenas, dentre as quais estava a comunidade da TI Mãe Maria: essas comunidades passariam a administrar a coleta e venda da castanha do Pará. O novo chefe de Posto, fez um belo trabalho com o grupo, na gestão das atividades, naquele ano: reunia-se sistematicamente, com eles, para anotar a produção diária, calcular custos, planejar as vendas e concretizar a ideia do projeto de auto-gestão. Já em 1976, felizes com a primeira venda feita por eles mesmos, com controle do dinheiro, eles fizeram uma festa que por muitos anos não haviam feito, a *Ropkrã*, festa da cabeça de onça. Então cantaram, recobram o ânimo!!! Creio que aí recomeçaram a fazer a nomeação tradicional das crianças.

Lucivaldo: A que a Sra. atribui a situação sociolinguística atual da língua Parkatêjê, que é usada em contextos restritos e falada apenas pelos anciãos e não mais sistematicamente transmitida intergeracionalmente, já que não é mais falada no domínio familiar?

Leopoldina: Muitos fatores, dos anos 70 em diante, acentuaram a presença e uso da língua portuguesa na comunidade: a introdução da TV, no início só usada, no pátio, para mostrar vídeos produzidos com eles por Vincent Carelli – criador e coordenador do Projeto *Vídeo nas Aldeias* – e hoje presente massivamente nas casas tem grande peso nesse processo. A proximidade e facilidade de acesso às cidades próximas, Morada Nova, Bom Jesus do



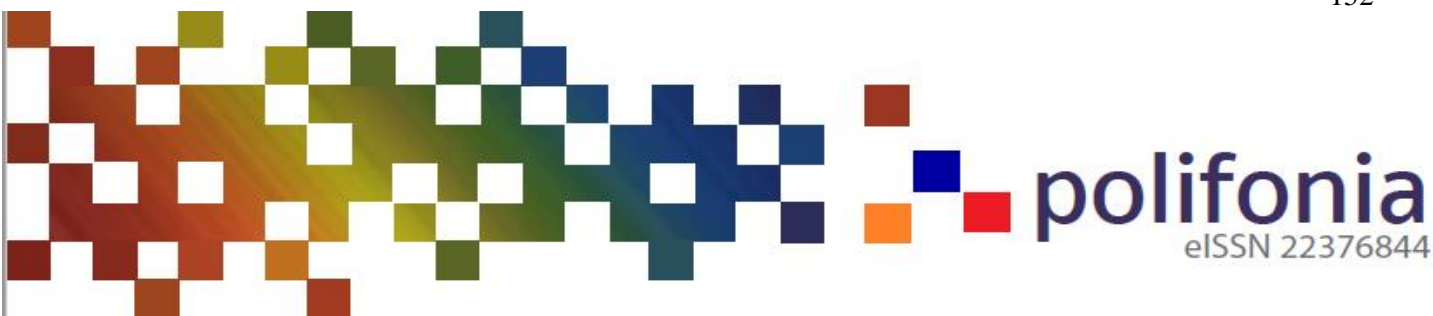
Tocantins e Marabá, é outro fator que propiciou o contato direto com a sociedade *kupẽ*, à medida em que as pessoas começaram a ter uma certa autonomia de deslocamento. Atualmente, porém, existe uma consciência da importância de manter o uso da língua e, portanto, da necessidade de revitalizar seu uso. A insistência do Capitão nesse sentido foi assumida fervorosamente nas escolas, por exemplo. E é com orgulho que jovens mães, que hoje são professoras nas escolas de Ensino Fundamental, nas diferentes aldeias, em conversas por *zap* [WhatsApp], ou, quando ainda vinham em minha casa, antes do isolamento que estamos vivendo, demonstram como seus filhos pequenos compreendem pequenas ordens, ou respondem ao ouvirem perguntas simples. Evidentemente não há hipótese de que voltem a falar “direto”, até porque há muitos casamentos com *kupẽ*, ou com pessoas de outras etnias, mas como estão mantendo as atividades tradicionais – jogo de flecha, corrida de tora, brincadeira de varinha, por exemplo, a par do ciclo ritual, é possível garantir a sobrevivência da língua, pelo interesse das pessoas por essas práticas culturais, que têm um vocabulário próprio e, no caso das festas, cantigas específicas. A par disso, as relações sociais também estão implicadas em todas as atividades e, há bastante tempo já, a nomeação voltou a ser feita à maneira tradicional. Então, como se pode ver, há sim uma transmissão linguística intergeracional e costumes *kupẽ* e tradicionais vêm convivendo sistematicamente. Mas esse movimento, deve-se dizer, é tributário do chefe Krôhokrenhũm: em 1981, ele mandou-me recado pela Iara Ferraz, para que fosse à aldeia, pra ele contar as histórias do Sol e da Lua, na verdade, o mito de origem; no final dos anos 80, vendo que os jovens – dos quais sua filha mais velha, Krôhokre (Iracema), estavam pedindo para prosseguir os estudos em Marabá, solicitou a instalação de uma escola de 5ª a 8ª série, na aldeia, para evitar sua dispersão e o enfraquecimento cultural do grupo. A Vale do Rio Doce ainda era estatal e tinha, diante do Banco Mundial, o compromisso de garantir a situação de saúde, educação e proteção dos territórios indígenas afetados por sua ação. A antropóloga Iara Ferraz trabalhou junto à Sra. Maria de Lourdes Davies de Freitas, para essa realização. Krôhokrenhũm, sempre através da antropóloga, mais presente do que eu, que já era concursada da UFPA, pediu que eu coordenasse a escola, que se fez em parceria Comunidade -Vale do Rio Doce - Secretaria de Educação do Estado. Fizemos um



Projeto, para cuja formulação, por indicação da Iara, chamei a professora Júlia da SEDUC/Marabá e consegui, junto à SEDUC/PA, a indicação da Profa. Marina Nascimento, para representar a Secretaria junto ao Projeto, criando assim a Divisão de Educação Indígena; para a Coordenação Pedagógica, fiz o convite à Profa. Me. Marineuza Gazzetta, matemática da UNICAMP, de saudosa memória, que conhecera um pouco antes, em um Encontro de Educação Indígena, em Cuiabá. Creio que esse projeto – de cinco anos, para experimentar, como dizia o Krôhokrenhũm, sedimentou aqueles valores tão caros ao chefe: a continuação da comunidade como um grupo que segurasse a cultura tradicional e a língua e garantisse o território em que foram estabelecidos. Falecido em 2016, creio que Krôhokrenhũm está feliz de ver a situação...

Lucivaldo: Qual a importância da língua Parkatêjê para a construção e o fortalecimento de sua identidade cultural? O que poderia ser feito para tentar reverter o quadro de vulnerabilidade pelo qual passa atualmente a língua?

Leopoldina: Como bem explicou e até desenhou Mattoso Câmara Jr, toda língua integra a cultura de um povo e simultaneamente a projeta. Nesse sentido, a língua, enquanto usada por uma comunidade informa-nos sobre a história dessa comunidade, seus contatos, seus deslocamentos, suas atividades, seus interesses, o que estrutura sua identidade cultural. É impossível pôr uma comunidade em uma redoma e só ela pode definir sua política linguística: valorizar ou não sua língua e cultura, definir o interesse de mantê-las, ou abandoná-las. Mas também é relevante considerar que língua e cultura são dinâmicas, necessariamente transformam-se, ao longo da história. Evidentemente que a atitude da sociedade envolvente, o preconceito e mesmo desrespeito e eliminação física com que têm sido historicamente tratados os povos indígenas são pressões esmagadoras, mas é inegável que tiveram um período em que lhes foram abertas as portas da escolaridade, universitária, inclusive, e creio que esse é um caminho sem volta, e eles vão ocupando espaços antes impensáveis. Nós, pesquisadores, podemos contribuir atendendo às demandas que nos são feitas e, como pessoas, podemos trocar ideias, compartilhar experiências próprias, ou



decorrentes de nossa vivência pessoal e profissional, para ampliar-lhes a possibilidade de discernimento. Apenas isso. Política e planejamento linguístico devem ser feitos na e pela comunidade, a partir de seu interesse e compreensão de sua própria vivência. Não podemos esquecer que o hebraico era considerado língua morta, mas como tinha uma tradição escrita, ao ser criado o estado de Israel, houve a decisão de retomá-la como língua nacional e tornou-se de novo uma língua “viva”...

Lucivaldo: A Sra. tem algumas publicações, como por exemplo, *Romanço Parkatêjê, Mẽ ikwỳ tekjê ri: Isto pertence a meu povo*, e o *Dicionário Parkatêjê-Português*. Gostaria que a Sra. comentasse brevemente sobre cada uma dessas obras e pontuasse sua importância como instrumentos a serem usados pelo povo na revitalização de sua língua-cultura.

Leopoldina: É importante dizer que eu tenho outros trabalhos sobre a língua, mas, dessas três obras, duas apenas são de minha autoria: o *Romanço Parkatêjê* (1ª edição de 2012; 2ª edição revisada e ampliada de 2019) e o *Dicionário Parkatêjê-Português* (2016); *Mẽ ikwỳ tekjê ri* (Isto pertence ao meu povo) é o livro de memórias do chefe Krôhokrenhũm, no qual eu e a Dra. Marília Ferreira trabalhamos como assessoras linguísticas e editoras, coordenando o trabalho de entrevistas feito por um grupo de jovens membros da comunidade, que, organizados em equipes, e sob nossa orientação, entrevistavam o chefe, transcreviam e digitalizavam as gravações e nos enviavam-las, para que executássemos nosso trabalho. Nossa decisão foi editar o menos possível o material, mantendo o estilo de fala do capitão, que eu conhecia desde 1974, quando iniciei meu trabalho com essa comunidade e com quem a Dra. Marília começara a trabalhar em 2000.



A particularidade do dicionário é que fiz uma seção separada para os nomes próprios – de pessoas e localidades – dada a característica específica do sistema de nomeação desse povo que, como instrumento de um povo ágrafo, permite guardar a memória das gerações precedentes.

Por outro lado, dada minha experiência de vida com eles, sabia o quanto desenhavam bem e a experiência da Escola que coordenei, de 1990 a 1994, só fez reafirmar essa constatação. Um jovem que conheci quando comecei, em 1974, Kruwati, tornou-se meu assistente intuitivo, pois tinha grande interesse pela escrita da língua, então em 1981 pedi-lhe para desenhar animais, para compor um “Abecedário”; ele o fez e eu rodei em mimeógrafo a álcool. Ele montou um espaço de aula, no acampamento e ali dava aula; ele também discutiu comigo a proposta ortográfica e acatei suas sugestões. Assim, pontuei o dicionário com os desenhos do abecedário. Infelizmente, Kruwa faleceu durante a vigência da Escola de 5ª a 8ª série. Em sua honra, nos livros de minha autoria, ou que tiveram minha ingerência, *Cantos de Caçador* (IAP/2001), *Alfabeto e cantos Parkatêjê* (Programa Raízes/2006), *Dicionário Parkatêjê-Português* (Edição do autor/2016) tenho usado esses desenhos feitos por ele. No dicionário, a capa é de outro grande desenhista, Hãrxàre Matias e incluí dois desenhos de duas outras pessoas.

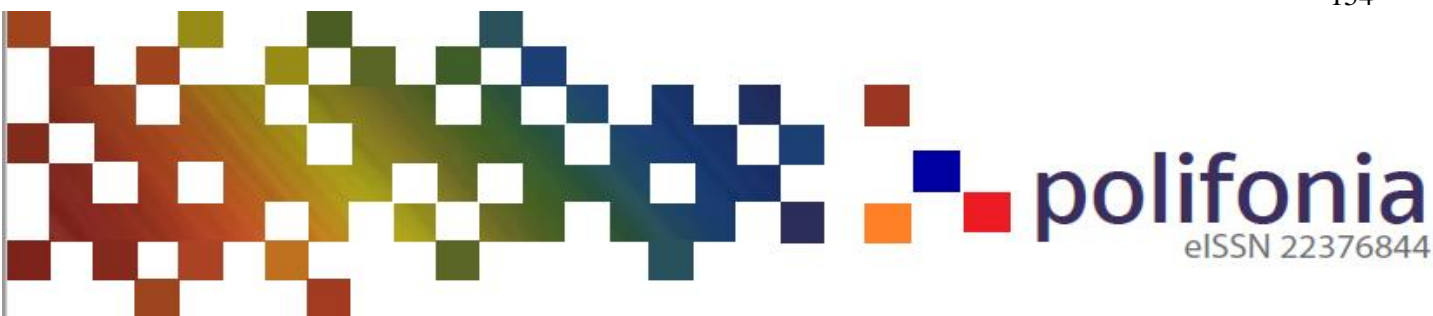
Importante dizer que o dicionário está disponível na internet e os jovens que transitam bem nesse espaço apreciam a plataforma.

<https://sites.google.com/view/dicionarioparkateje>

O *Romanço* decorreu de uma opção minha de pôr em versos as histórias tradicionais e escolhi para isso a forma tradicional do cordel, que é herdeira do romance/romanzo medieval, poesia simples, própria para ser cantada. Preferi a forma romanço, para não haver confusão com o gênero literário em prosa. O que determinou minha opção? Talvez o fato de ser descendente de nordestinos, do lado materno e paterno



Prof.ª Leopoldina Araújo com o Capitão Krôhökrenhüm no lançamento do *Dicionário Parkatêjê-Português*, em 2016. Acervo da autora.



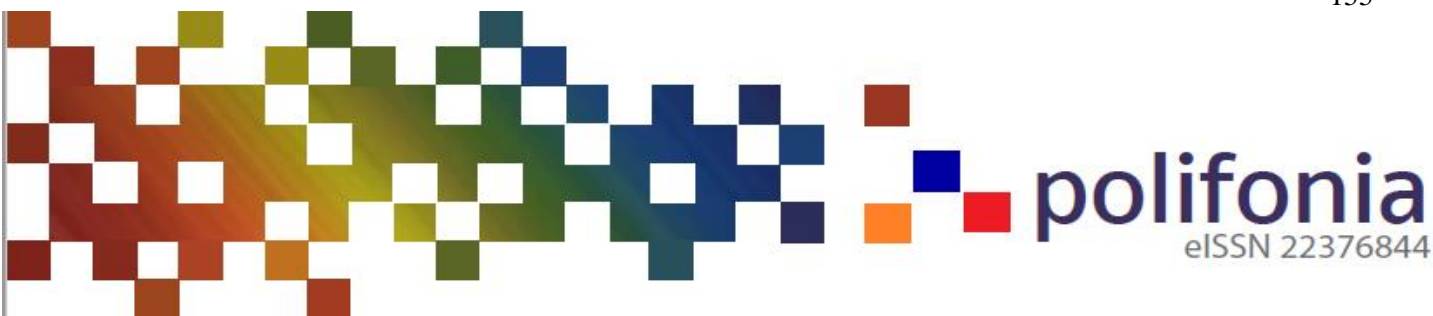
e, assim, ter convivido com os livrinhos de cordel, desde a infância? Ou porque como linguista sei que a fala ritmada nos fica muito mais gravada na memória... e tinha certeza de que essa “embalagem” seria bem recebida pelos jovens, numa cultura que canta em todas as situações, cantigas herdadas e cantigas improvisadas: nas festas, nos momentos alegres e na tristeza da morte... Enfim...*Pra* mim também foi uma oportunidade de aprendizado, porque para editá-lo fui aprender xilogravura, a ilustração tradicional do cordel, já que não via sentido em pagar alguém para fazê-lo.

A importância creio ser óbvia e fico feliz de até hoje receber pedidos da aldeia, de jovens que há quatro anos eram pré-adolescentes e me mandam *zap*, pedindo que lhes envie os dois livros. Jovens que fizeram a graduação em Licenciatura Intercultural relatam ter utilizado o *Romanço* para elaborar o TCC e uma professora me disse ter feito apresentação do Ciclo de Sol e Lua, com alunos assumindo cada personagem, seguindo pelo *Romanço*. Então fico feliz...e esperançosa de que conseguirão manter o orgulho de pertencer a um povo indígena, enquanto usufruem das facilidades que a cultura *kupê* lhes oferece.

Lucivaldo: A Sra. acredita que a educação escolar indígena pode contribuir para a revitalização da língua Parkatêjê? Se sim, de que maneira poderia ser tal contribuição?

Leopoldina: Como eu já disse anteriormente, essa decisão é do povo, da comunidade. Eles, uma vez conscientes, como o são atualmente, devem investir nisso e definir estratégias para alimentar e sustentar esse objetivo. E, do que continuo tendo notícias, eles estão seguindo esse rumo, tanto nas escolas de [ensino] fundamental, das diferentes aldeias, como na de ensino fundamental e médio, da aldeia sede. Como pesquisadora, entendo que devemos investir na produção maior e melhor possível de informações processadas durante o tempo em que trabalhamos com eles e estar disponível para consultas, explicações...É a contribuição possível, a meu ver.

Na nossa sociedade, como se determinam os rumos da educação escolar?! A quem e a quem ela vem servindo? Que propostas a direcionam? São questionamentos constantes para todos que trabalham com educação, que, acredito, deve formar pessoas críticas e



criativas. Esse povo tem valores tradicionais de vida comunitária, solidariedade e combate ao individualismo, presentes: na nomeação; em brincadeiras, como o jogo de flecha; em atividades, como a caça; em relações sociais (em que cada um tem parceiros [com quem fazem atividades] e amigos formais [que são respeitados, não podem pronunciar o nome, desviam do caminho, ou baixam os olhos, caso os encontrem, mas quando estão doentes, ou há uma briga familiar são eles que atuam, para resolver]; se a escola do povo que habita a TI Mãe Maria trabalhar com as novas gerações a importância de manter esses valores, que os distinguem culturalmente, creio que sua expansão pode fazer o mundo bem melhor!!!

Lucivaldo: Ao longo de sua experiência de vida e pesquisa com o povo Parkatêjê, que mensagem a Sra. gostaria de deixar para os novos e futuros linguistas que se dedicam ao estudo das línguas indígenas brasileiras?

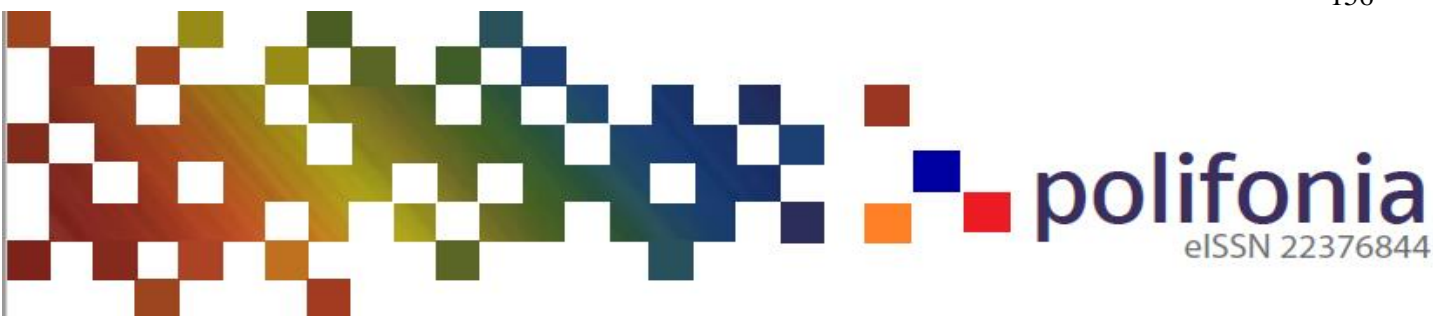
Leopoldina: Não existe receita pronta, a experiência vai progressivamente nos formando, mas, como tudo que vale a pena na vida: dedicar-se apaixonada, competente e comprometidamente com a comunidade, por toda a vida e mais seis meses, pelo menos, e não apenas trabalhar com afinco e competência para obter um título acadêmico. Aproveito para dar a referência de alguns trabalhos, que constam do meu Currículo.

Trabalhos publicados

Araújo, Leopoldina Maria Souza. *Dicionário Parkatêjê-Português* [ISBN: 978-85-910871-0-5] 2ª ed. Belém: Edição da Autora, 2016. Desde 2018 está disponível no site <https://sites.google.com/view/dicionarioparkateje>

_____. *Romanço Parkatêjê* (ilustrado com xilogravuras da autora). XVI Feira Pan-Amazônica do Livro, Belém-PA, HANGAR (Centro de Convenções e Feiras da Amazônia), 21 a 30 de setembro de 2012. ISBN 978-85-910871-1-2 2ª. Edição, revisada e ampliada (2019)

_____ & NASCIMENTO, Marina Luiza Souto do. *Língua e cultura Parkatêjê*, 2012 (inédito).



_____. Reduplicação e ênfase no parkatêjê: um estudo de textos poéticos. In: TELLES, Stella e SANTOS DE PAULA, Aldir (Orgs.). *Topicalizando Macro-Jê*. Recife: Nectar, 2008, pp. 215-227.

_____. *Alfabeto e Cantos Parkatêjê*. Programa Raízes/Governo do Estado do Pará, Belém, abril/2006

_____. *Cantos de caçador do povo Parkatêjê*. Belém: Instituto de Artes do Pará (IAP), 2001.

_____. Acento e ritmo em Parkatêjê: notas para elaboração de um projeto. In: SANTOS, Ludoviko & PONTES, Ismael (Orgs.), *Línguas Jê: estudos vários*, Londrina: Ed. UEL, 2002, pp 125-129.

_____. Aldeia Indígena. In: **Cadernos da TV Escola**, Brasília, MEC, 1999.

_____. La escuela: instrumento de resistencia de los parkatêjê. In: GONZALBO AIZPURU, Pilar (coord.), *Educación rural e indígena en Iberoamérica*. Con la colaboración de Gabriela Ossenbach. México: El Colegio de Mexico, Centro de Estudios Históricos; Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1996. pp. 287-300

_____. Ciências da linguagem e educação indígena. In: ASSIS, Eneida (Org). *Educação indígena na Amazônia: experiências e perspectivas*. Belém: Associação das Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, 1996, pp. 185 – 196.

_____. Retenções lexicais no dialeto Parkatêjê-Timbira. *Revista MOARA*, nº 4, pp151-190, 1996.

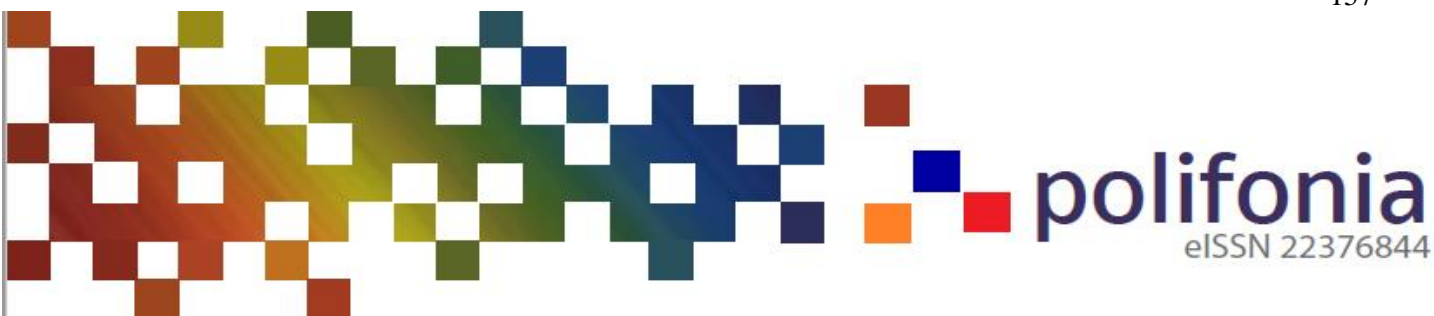
_____. A presença do indígena na literatura brasileira In: *Anais do I Fórum Paraense de Letras*, 1995.

_____. Fonologia e grafia da língua da Comunidade Parkatêjê (Timbira). In: SEKI, Luci (Org.). *Linguística indígena e educação na América Latina*. Campinas - SP, Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *Abecedário Parkatêjê; Letrário Parkatêjê* (Em andamento). Registro Biblioteca Nacional cartório 541.396 Livro: 1030. Folha: 111.

_____. *Brincando e aprendendo Parkatêjê*. 2003 (inédito).

Lucivaldo: Muito obrigado, professora Leopoldina.



Leopoldina: Eu que agradeço. Disponham , para qualquer esclarecimento. A quem interessar, o dicionário físico e o *Romanço* (2ª Edição) podem ser comprados comigo. Contato: leomaria@ufpa.br

Referências

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Princípios de Lingüística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1941.

RODRIGUES, Aryon D. Tarefas da lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), vol. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.

SAPIR, Edward. *A linguagem: Introdução ao Estudo da Fala*. (Trad. de J. Mattoso Câmara Jr.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954 [1938].